

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MARÍLIA (SP)

Procedimento Preparatório nº 1.34.007.000254/2015-19

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO nº 101/2016
(Ausência de dano)

COLEND A 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DOUTOS SUBPROCURADORES-GERAIS DA REPÚBLICA

Trata-se de procedimento instaurado a partir de representação formulada por Emílio Guilherme Ventura Lima, por meio da qual insurge-se contra o aumento de 13,55% nas mensalidades dos planos de saúde.

Questiona o representante se o aludido reajuste teria respaldo normativo, haja vista que nenhuma categoria funcional recebeu mais que 10% de aumento em folha salarial. Trouxe extrato de seu plano de saúde perante a “Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A” (fls. 01/02).

Exarada decisão de declínio de atribuição para a Promotoria de Justiça da Comarca de Marília (fl. 06), a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal determinou a conversão do arquivamento em diligência, sugerindo fosse oficiado à ANS – Agência Nacional de Saúde (fls. 12/13).

Oficiada, a ANS consignou que no ano de 2015 foi autorizado o reajuste anual de 13,55%, calculado a partir da variação combinada do preço dos procedimentos, da frequência de utilização de serviços e da incorporação de novas tecnologias na área da saúde, não podendo ser comparado com “índices de inflação”, que medem a variação de preço dos insumos de diversos setores.

Pontuou que o representante encontrava-se vinculado ao plano Reg. ANS 460.341/09-9, no período de 30/08/2011 a 28/02/2016, quando o contrato foi cancelado por iniciativa dele (fls. 18/23).

É o relatório.

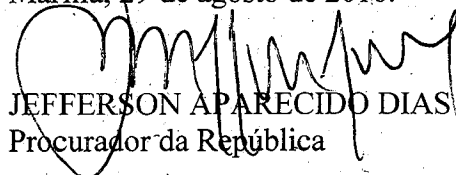
Trata-se de procedimento instaurado com o fim de verificar possível irregularidade no reajuste anual (2015) nos planos de saúde, aplicado no percentual de 13,55%.

Instada a se manifestar, a ANS consignou que o reajuste de 13,55%, aplicado no ano de 2015 nos planos de saúde, observou a variação combinada do preço dos procedimentos, da frequência de utilização de serviços e da incorporação de novas tecnologias na área da saúde, autorizado com base nos parâmetros da Resolução Normativa ANS nº 171, de 29 de abril de 2008 (fls. 18/23).

Dessa forma, inexistentes indícios de ilicitude na aplicação do reajuste de 13,55% nos planos de saúde para o ano de 2015, conclui-se pela ausência de dano no caso em comento, razão pela qual o arquivamento é medida que se impõe.

Assim, injustificado o prosseguimento dos autos, a Procuradoria da República em Marília promove o seu arquivamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.347/85, determinando sejam notificados o representante e a representada, com a posterior remessa dos autos à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal com as nossas homenagens.

Marília, 29 de agosto de 2016.



JEFFERSON APARECIDO DIAS
Procurador da República